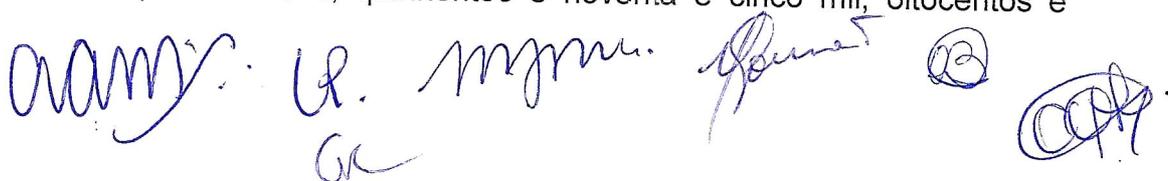


ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO
IPREVI – 23/09/2020.

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte às 10:00 (dez) horas, deu-se início a 7ª (sétima) Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, via aplicativo de chamada de vídeo, no exercício vigente, convocados através da Carta/CD/IPREVI/010/2020. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Cíntia Quartin Figueiredo, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Lafayette Bezerra dos Santos, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Mário Célio Maia Gouvêa e Valdirene Rocha. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Agosto/2020; b) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Agosto/2020; c) Análise e aprovação dos seguintes documentos: Relatório de Governança Corporativa; Relatório do Controle Interno; Política de Segurança da Informação; Manual do Processo de Backup de Sistema e Manual do Controle de Acesso Físico e Lógico; d) Outros. A reunião foi iniciada com a apresentação os Relatórios do Controle Interno relativos aos dois primeiros trimestres de 2020, no qual foi analisada a conformidade de todos os atos administrativos exercidos pela gestão institucional nesse período, após apreciação, ambos os relatórios foram aprovados pelos conselheiros. Após, foram discutidos o Manual de Processo de Backup dos Sistemas e o Manual de Controle de Acesso Físico e Lógico bem como foi proposta a alteração do Manual de Gestão de Folha de Benefícios e do Manual de Concessão e Revisão de Benefícios, aprovados na reunião do dia vinte e nove de julho do presente exercício, alteração fundamentada pelo fato que ao iniciar a implantação dos procedimentos aprovados foram observados alguns pontos que não contribuíam para a celeridade dos processos. Também foi discutido o Relatório de Governança Corporativa que tem como objetivo sumarizar os principais resultados obtidos pela instituição durante o ano de 2019 bem como foram propostas alterações ao Relatório de Gestão Atuarial aprovado na reunião do dia vinte e nove de julho, tendo em vista que quando da redação do Relatório de Governança Corporativa percebeu-se a necessidade de acréscimo

AAM *U. Myra* *Janos* *OC* *OC*

de mais informações no segundo relatório para a completude das informações. Assim, tanto os manuais inéditos e o Relatório de Governança Corporativa quanto as mudanças nos manuais e relatório anteriormente apresentados foram debatidos e aprovados pelos conselheiros. Outro documento apresentado para apreciação foi a Política de Segurança da Informação do Instituto que após debate, também foi aprovada pelos conselheiros. Em seguida, a Diretora Presidente discursou sobre o cenário político e econômico atual levando em conta o Panorama Econômico emitido pela Consultoria de Investimentos do IPREVI, Crédito e Mercado, cujos relatórios foram encaminhados aos conselheiros por email. Logo em seguida, foi apresentado e discutido o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência – Agosto/2020, assinado pela tesoureira Ana Cristina Faustino, matrícula 1017, apresentando um valor global de R\$ 144.795.574,50 (cento e quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) evidenciando rentabilidade negativa de R\$ 1.598.275,35 (um milhão, quinhentos e noventa e oito mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Foi apresentado o Relatório Mensal da Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, mês de Agosto, demonstrando que no fechamento de Agosto a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -1,12% (menos um vírgula doze por cento) frente uma Meta Atuarial para o mesmo período de 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento), representando assim um atingimento de 4,59% (quatro vírgula setenta e nove por cento) da Meta Atuarial. Ao expor as movimentações financeiras, foi demonstrado que na categoria de renda fixa, os fundos de curto prazo e os fundos de médio prazo tiveram as melhores performances durante o mês, no entanto, todas abaixo de 1% (um por cento), face aos fundos de gestão duration e de longo prazo que em sua maioria tiveram desempenhos negativos. Em renda variável, somente um fundo de multimercado, obteve desempenho positivo de 1,23% (um vírgula vinte e três por cento). No tocante aos fundos de curto prazo da Taxa de Administração, todos apresentaram rentabilidade positiva menor de um por cento, finalizando o mês com o total de R\$ 3.379.289,28 (três milhões, trezentos e setenta e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos), do qual está segregado o montante de R\$ 2.595.876,39 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right: a large signature, the initials 'GR', another signature, a signature that appears to be 'Faustino', a circled 'A', and a large circular stamp or signature.

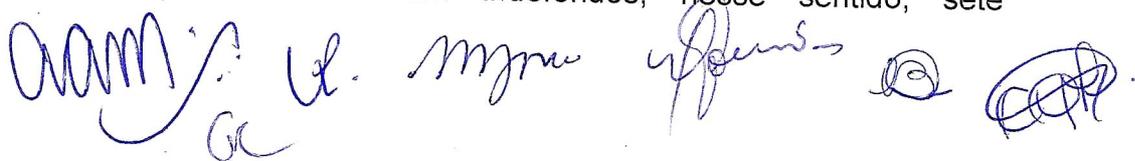
setenta e seis reais e trinta e nove centavos) para a construção da sede administrativa e R\$ 783.412,89 (setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e nove centavos) para as despesas administrativas no exercício de 2020. Quanto aos recursos financeiros, 69,49% (sessenta e nove vírgula quarenta e nove por cento) se encontram alocados em fundos de renda fixa, 30,08% (trinta vírgula oito por cento) em fundos de renda variável e 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento) em DAV. Dentre as instituições financeiras, os recursos se encontram principalmente na Caixa Econômica Federal, 39,99% (trinta e nove vírgula noventa e nove por cento), Banco do Brasil, 16,21% (dezesseis vírgula vinte e um por cento), e Banco Itaú, 13,78% (treze vírgula setenta e oito por cento). Prosseguindo com a reunião, a Diretora Presidente exibiu o Balancete do mês de Agosto/2020 que foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1;1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. Foi exibido então o Relatório Simplificado de Gestão Agosto/2020, com as seguintes informações: Aposentadoria: 254 – Valor: R\$ 332.438,98 (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos). Pensão por Morte: 106 – Valor: R\$ 106.720,67 (cento e seis mil, setecentos e vinte reais e sessenta e sete centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI: R\$439.159,65 (quatrocentos e trinta e nove mil, cento e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco). Por parte da PMI: Aposentadoria – Valor: R\$ 49.365,37(quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco mil e trinta e sete centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.231,67 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 81.597,04 (oitenta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais e quatro centavos). Total Geral: R\$ 520.756,69 (quinhentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos) e 360 beneficiários. A pauta posterior foi a apresentação do relatório de contribuições previdenciárias relativas ao bimestre julho/agosto, no tocante ao mês de julho foi apurado um valor devido aos cofres da instituição pelas entidades patrocinadoras do RPPS – Prefeitura Municipal de Itatiaia, Câmara Municipal de Itatiaia, FUNDEB, Fundo Municipal de Saúde e IPREVI -- de R\$ 1.142.930,98 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e trinta reais e noventa e oito centavos) do qual foi repassado um total de R\$ 1.127.938,00 (um milhão, cento e vinte e sete mil, novecentos e

adm. G. mjr *offense I* *20* *CAF*

trinta e oito reais), havendo, portanto, uma diferença de R\$ 14.992,98 (quatorze mil, novecentos e noventa e dois mil reais e noventa e oito centavos) que não foram remetidos à Instituição. Quanto à competência de agosto, foi verificado que a contribuição devida pelas entidades patrocinadoras era de R\$ 1.089.309,16 (um milhão, oitenta e nove mil, trezentos e nove reais e dezesseis centavos), tendo sido repassado R\$ 546.183,35 (quinhentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), não tendo ocorrido o repasse, até a presente data, de R\$ 553.125,81 (quinhentos e cinquenta e três mil, cento e vinte cinco reais e oitenta e um centavos). Em seguida, foi abordado o andamento dos pagamentos por parte do ente federativo relativos aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 22.505.822,91 (vinte e dois milhões, quinhentos e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 6.368.419,04 (seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e quatro centavos) dos acordos firmados. Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 53.249.812,99 (cinquenta e três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e doze reais e noventa e nove centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 7.978.837,78 (sete milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos). Quanto às parcelas em atraso e atualização de valores conformes índices estabelecidos dos Acordos de Parcelamentos e Plano de Amortização, há um valor pendente de pagamento de R\$ 7.612,95 (sete mil, seiscentos e doze reais e noventa e cinco centavos) dos primeiros e R\$ 254.538,32 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta reais e trinta e dois centavos) do segundo. Após, por meio do Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos, pode ser visualizado a evolução da concessão de benefícios no comparativo dos últimos doze meses. Em agosto de 2019 a Instituição possuía 440 beneficiários, distribuídos em 238 aposentadorias, 94

adm *el. mjr* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*

pensionistas, 103 servidores em auxílio doença e 05 em salário maternidade bem como contava com 09 servidores efetivos concursados e 03 servidoras designadas para a diretoria. Com a aprovação da EC 103/2019 e redefinição dos benefícios previdenciários, em agosto de 2020, a Autarquia apresentou os números expostos no Relatório Simplificado além de 11 servidores efetivos concursados e 03 servidoras designadas para a diretoria. Em seguida, foi apresentado o Relatório de Quantitativos da Folha de Pagamento, Processos Abertos, Recadastramento e Pensão por Morte e Aposentadoria referentes ao exercício de 2020 até o mês de agosto. Nesse último, pode se perceber que a grande maioria dos aposentados da instituição é da categoria de aposentadoria por idade que finalizou agosto com o número de 159 aposentados. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram dois processos de aposentadoria, um de pensão por morte, um de certidão de tempo de contribuição e dez administrativos, totalizando a abertura de quatorze processos durante o mês. No tocante aos recadastramentos, foram realizados dezessete recadastramentos e um servidor não se apresentou para ser recadastrado. Logo em seguida, fez a demonstração do Relatório de Compensação Previdenciária que apresentou que até agosto foi pagos ao Regime de Origem, o valor de R\$ 14.679,13 (quatorze mil, seiscentos e setenta e nove reais e treze centavos), enquanto foi arrecadado pelo Instituto o valor de R\$ 280.841,74 (duzentos e oitenta mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos). Quanto ao fluxo bloqueado no exercício de 2020 houve um bloqueio de R\$ 4.634,30 (quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e trinta centavos) até o mês de março, sendo que desde então não houve mais fluxo bloqueado, situação similar aos valores em atraso que totalizaram R\$ 2.220,87 (dois mil, duzentos e vinte reais e oitenta centavos) no mês de abril, não ocorrendo atrasos desde a referida competência. Especificamente ao mês de agosto, o valor do regime de origem foi fechado em R\$ 2.413,43 (dois mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e três centavos) e o regime instituidor em R\$ 152.687,63 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta sete reais e sessenta e três centavos). Até o momento, a Autarquia paga ao Regime de Origem o valor referente a sete compensações, recebe como regime instituidor o valor de treze compensações, tendo sido aprovados durante o exercício onze requerimentos, enquanto seis foram indeferidos, nesse sentido, sete



requerimentos ainda aguardam análise. Após todos os relatórios, a Diretora Presidente submeteu aos conselheiros uma revisão da Proposta Orçamentária para o Exercício de 2021 apresentada e aprovada na reunião do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte, informando que a alteração dos valores de despesa para R\$ 44.150.000,00 (quarenta e quatro milhões, cento e cinquenta mil reais) e da receita para R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões) foi necessária em razão de adequação ao Plano de Contas do sistema SIGFIS do TCERJ, mudanças essas que após discussão foram aprovadas pelos conselheiros. Finalizando, todos os conselheiros titulares do Conselho Deliberativo manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 7ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião.

Alessandra
Arantes Marques, Valdirceu Rocha, Maria José
Beite Mendes de Oliveira, José Carlos Figueiredo,
Gleide Patrícia Soares de Azevedo, Rafaelle Bezerra dos Santos,
Cintia Quartin Figueiredo